

ATA N.º 12/2020

---- Reunião ordinária do dia oito de julho de dois mil e vinte.-----

---- No dia oito de julho de dois mil e vinte, reuniu o órgão executivo ordinariamente, na sala, do primeiro andar, do Centro das Artes e do Espetáculo, com a participação de Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro, para redação da respetiva ata.-----

---- Foram registadas as seguintes participações: António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores. -----

---- A reunião foi declarada aberta às quinze horas e vinte minutos, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada uma cópia, previamente, a todos os membros que estiveram presentes naquela reunião, depois de ter sido aprovada e assinada em minuta no final da mesma.-----

---- A ata da reunião de 24 de junho de 2020, foi aprovada, por unanimidade, pelos membros António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Ordem de Trabalhos

- “Arranjo Urbanístico do Largo do Couto” – Decisão de Não Adjudicação-----
- Regulamento Municipal para a Instrução de Pedidos Administrativos em Formato Digital – Audiência Pública-----
- Livro – Fixação do Preço de Venda-----
- Pedidos de Isenção de Taxa – Severi-----

Período de Antes da Ordem do Dia

Resumo Diário de Tesouraria:-----

Em 03 de julho de 2020, o “Resumo Diário de Tesouraria” apresentava os seguintes valores: operações orçamentais = € 3 084 541,74 (três milhões, oitenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e um euros e setenta e quatro centavos) e operações não orçamentais = € 580 157,50 (quinhentos e oitenta mil, cento e cinquenta e sete euros e cinquenta centavos).-----

Fundos Disponíveis: - Em 03 de julho de 2020, os fundos disponíveis apresentavam o valor em euros de € 2 383 795,93 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, setecentos e noventa e cinco euros e noventa e três centavos).-----

Correspondência:-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação contida nos mapas, nas informações e nos outros documentos a seguir indicados: -----

- Conta Corrente de Fundos Disponíveis;-----
- Mapa de Bens e Serviços Adjudicados até 02-07-2020;-----
- Mapa de Empreitadas Adjudicadas até 02-07-2020;-----
- Mapa Obras em Curso;-----
- Pedidos do vereador Pedro Lobo na reunião de 24-07-2020;-----

Pedro Lobo disse ter pedido os orçamentos solicitados, nomeadamente a consulta feita ao mercado, as empresas consultadas e os orçamentos consultados, mas que, em nenhum dos compromissos, sobre os quais tinha solicitado informação, tinha chegado mais do que uma referência. Questionou o presidente da Câmara se tinham, ou não, consultado o mercado.-----

O presidente da Câmara disse existir uma lei especial para as despesas com COVID-19, a qual não obriga aos procedimentos normais e que permite o ajuste direto e que todas as aquisições feitas durante o mês de março tinham sido ao abrigo dessa lei.-----

Pedro Lobo perguntou como é que explicava o facto de o município ter adquirido mobiliário para a obra do edifício sem terem feito consultas.-----

O presidente da Câmara informou ter sido desencadeado um procedimento normal.-----

Pedro Lobo solicitou que esses orçamentos fossem disponibilizados.-----

- Mirtilusa – Agradecimento.-----

Intervenções:-----

Paulo Martins perguntou que intervenção estava a ser realizada na estrada do rio.-----

O presidente da Câmara informou tratar-se de uma intervenção no âmbito das limpezas das faixas de gestão de combustível.-----

Paulo Martins perguntou porque razão é que o equipamento da Câmara estava a ser usado nessa intervenção se esse trabalho tinha sido adjudicado à empresa Construtora Paulista. No caso de o equipamento estar a ser alugado, solicitou a disponibilização de fotocópias da requisição ou da fatura, nomeadamente de uma carrinha, um camião e o semáforo, ou seja, dos equipamentos do município que estavam a ser utilizados naquele trabalho.-----

O presidente da Câmara informou que, em todas as adjudicações, os empreiteiros eram pagos de acordo com a medição dos trabalhos.-----

Raul Duarte esclareceu que o semáforo estava a ser alugado pelo empreiteiro e que, se a carrinha e o camião passaram naquela estrada, tinha sido coincidência, uma vez que não estavam a ser utilizados na intervenção.-----

Paulo Martins solicitou o envio do recibo do aluguer do semáforo. Relativamente à repavimentação da Av. C.A.M.P., perguntou ao presidente da Câmara porque é que tinha andado a dizer, inclusive no jornal, que aquela era uma obra que estava ao abrigo da garantia, quando, afinal, tinha custado dinheiro ao município.-----

O presidente da Câmara explicou não ter dito isso e que o vereador não tinha lido a notícia toda. Explicou ter dito, na primeira parte, que era a retificação das falhas do pavimento, ou seja, a fresagem das irregularidades e a reposição do pavimento, que estavam cobertas pela garantia da obra. Mais explicou ter sido decidido aproveitar para, ao mesmo tempo, colocar uma camada de tapete novo por cima, uma vez que esse trabalho já estava inscrito no orçamento.-----

De seguida, Paulo Martins falou sobre o contrato de conservação da Ecopista e perguntou porque é que o valor a pagar, por metro linear, era superior ao valor pago às juntas de freguesia pela limpeza dos PRs. -----

O presidente da Câmara respondeu que o contrato referido englobava outros trabalhos, tais como, a colocação de alcatrão e nova pintura. Aquele contrato não visava apenas a limpeza, mas a reparação dos espaços degradados. -----

Paulo Martins solicitou fotocópia do caderno de encargos desses trabalhos.-----

Ricardo Silva alertou para que a situação dos RSU, aprovada em Assembleia Municipal, não demorasse muito a ser posta em prática.-----

O presidente da Câmara explicou que essa situação teria de ser estudada e preparada a seu tempo.-----

De seguida, Ricardo Silva perguntou porque é que a Câmara pretendia entregar a água da freguesia de Rocas do Vouga à AdRA, sem que aquela entidade reparasse as estradas que estragou e ainda não reparou.-----

O presidente da Câmara afirmou que, realmente, tinha havido alguns trabalhos mal feitos, da parte da AdRA, e que exigiam àquela entidade que repusessem as estradas como deve ser, pois estavam atentos a essas situações.-----

O vereador Ricardo Silva, acrescentou: “Nunca a Câmara devia entregar mais água de qualquer freguesia à ADRA, enquanto esta não reparasse devidamente todas as estradas que usou e deixou num estado degradado”. -----

O presidente da câmara municipal respondeu que também pretendia que as freguesias comunicassem quando fazem cortes nas estradas e que as repusessem devidamente. -----

Continuando a sua intervenção, Ricardo Silva perguntou como é que ficava o contrato celebrado com a Agim, para a organização da 13ª Feira Nacional do Mirtilo, uma vez que o evento tinha sido cancelado.-----

O presidente da Câmara disse que o cancelamento de qualquer evento cultural, devido ao COVID-19, estava, também, protegido pela lei, que indica que aquilo que havia já sido iniciado e faturado tem de ser pago.-----

Ricardo Silva perguntou quanto é que já tinha sido faturado e pago em relação à Feira do Mirtilo 2020.-----

O presidente da Câmara disse que essa informação ser-lhe-ia enviada.-----

O vice-presidente solicitou o uso da palavra, para dizer que as freguesias, face à lei, não podem ser gestoras do serviço de abastecimento de água. -----

Paulo Martins voltou a intervir para solicitar, ao abrigo da posição do município como acionista da AdRA, a listagem dos investimentos efetuados pela AdRA durante todo o tempo

em que a mesma está a atuar no concelho e, ainda, o número de clientes que a AdRA tem no concelho e os seus respetivos consumos. Desse montante, pediu que fosse distinguido aquilo que é financiamento próprio e financiamento da União Europeia.-----

**-----Período da Ordem do Dia-----**

**“Arranjo Urbanístico do Largo do Couto” – Decisão de Não Adjudicação:** - Considerando o exposto no relatório final do concurso público “Arranjo Urbanístico do Largo do Couto”, elaborado pelo júri, e tendo em conta que o mesmo propõe a exclusão das propostas apresentadas, o órgão deliberativo deliberou, por maioria, o seguinte:-----

- a) Homologar o relatório final elaborado pelo júri de procedimento, bem como todas as propostas nele contidas;-----
- b) Aprovar a não adjudicação do referido procedimento, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 79º do CCP, a qual determina a revogação da decisão de contratar, conforme o n.º 1 do seu artigo 80º;-----
- c) Proceder à notificação da decisão de não adjudicação, bem como dos respetivos fundamentos, aos interessados, em conformidade com o disposto no n.º 2, do artigo 79º do CCP.-----

**Votação:** A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henrique e Raul Duarte; Abstenção – Paulo Martins.-----

**Regulamento Municipal para a Instrução de Pedidos Administrativos em Formato Digital – Audiência Pública:** - A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a nova versão do “Regulamento Municipal para a Instrução de Pedidos Administrativos em Formato Digital” para efeitos de consulta pública.-----

**Votação:** A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henrique e Raul Duarte.-----

**Livro – Fixação do Preço de Venda:** - A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, fixar o preço de venda da publicação “As Pontes do Abade e do Poço de Santiago” em € 7,50, por unidade.-----

**Votação:** A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henrique e Raul Duarte.-----

**Pedidos de Isenção de Taxa – Severi:** - Foram presentes e analisados os pedidos efetuados pela Severi – Associação Cultural de Expressão Dramática e respetivas informações dos serviços administrativos, tendo a Câmara Municipal aprovado, por unanimidade, a isenção do pagamento das taxas relacionadas com a utilização do Centro das Artes e do Espetáculo, nos próximos dias 31 de outubro de 2020 e 09 de janeiro de 2021, para a realização de duas peças de teatro.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea a), do n.º 2 do artigo 8º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

**Votação:** A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henrique e Raul Duarte.-----

---- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_